

# Editorial 48 – Relatório Económico do 3.º Trimestre

**Por: Heitor Carvalho**

O CINVESTEC publicou o seu 12.º Relatório Económico Trimestral.

Os relatórios do CINVESTEC baseiam-se na informação oficial publicada pelos organismos do Estado (INE, BNA, MinFin, etc) e internacionais (FMI, OPEP, etc). O seu principal conteúdo é a leitura económica e a análise crítica destes números. A análise centra-se na comparação dos dados dos 3 primeiros trimestres de cada ano, dividida por 6 capítulos: PIB, Inflação, Conta Externa, Ambiente de Negócios, Política Monetária e Política Fiscal.

No PIB analisamos preferencialmente os dados do BNA em USD correntes, distinguindo as exportações e a satisfação da procura interna. Quer uma quer outra cresceram, naturalmente, relativamente a 2020, porém nenhuma alcançou o nível de 2019. Analisamos, também, o crescimento dos principais sectores, seguindo os dados do INE em medidas encadeadas de volume.

Neste capítulo falamos também do desemprego, centrando-nos nas cidades, onde temos taxas de desemprego sempre crescentes que atingem mais de 40%. A taxa de actividade é enorme, alcançando os 90%, o que tem deixado as crianças e idosos abandonados à sua sorte ou ao cuidado de adolescentes com graves consequências no rendimento e abandono escolares.

No campo o problema tem sido o abandono da produção comercial pelos camponeses tradicionais devido à ausência de mercados (comerciantes e camionistas, mercados locais e estado das vias).

Desde final de 2019 até ao 3.º Trimestre de 2021 perderam-se 500 mil postos de trabalho formais e foram “criados” 1 milhão e 200 mil “postos de trabalho” informais. Na ausência de empregos e rendimentos a população viu-se obrigada a “desenrascar-se”.

O consumo, medido pela soma da produção não exportada com as importações de bens de consumo, apenas atingiu, em 2019, 60% do que era em 2017; em 2020, caiu para 44% e subiu para 51%, em 2021! O consumo reduziu-se para metade.

No capítulo da inflação não se entende como tínhamos uma subida geral de preços de 27% quando todos os produtos subiam nos mercados e continuamos a ter a mesma taxa de inflação de 27% quando os produtos importados baixaram generalizadamente de preço. Com uma depreciação do USD face ao Kwanza de cerca de 24% seria um caso único no mundo se os produtos importados não ficassem mais baratos. Mas como é que, mesmo assim, a inflação se mantém em quase 30%?

A causa da inflação não foi monetária nem cambial nem sequer de escassez (a oferta cresceu relativamente a 2020), mas exclusivamente devida à subida das margens dos negócios, devido à redução da concorrência; porém, não foi tão grave como é reportada. A solução para inflação é o crescimento do número de negócios e uma política agressiva de crédito à produção.

Fala-se muito no cumprimento dos objectivos de crédito do PRODESI, mas, na realidade, o volume total de crédito à produção reduziu-se com a pandemia e, em 2021, não recuperou para os níveis de 2019. Tendo a sua atenção centrada nos dados da inflação, o BNA secou toda a liquidez e subiu as taxas de juro, reduzindo de forma drástica todo o crédito fora do PRODESI. É necessário que o BNA compreenda que o crédito à produção é, nas nossas condições, anti-inflacionista e que só o crédito ao consumo deve ser reduzido.

A conta externa melhorou significativamente devido ao crescimento das exportações (54%). Porém a conta financeira torna-se mais negativa, sobretudo devido ao crescimento do crédito concedido a

clientes externos e à redução do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) petrolífero. O IDE não-petrolífero alcançou cerca de 200 milhões de USD, metade do valor de 2019.

A melhoria do ambiente de negócios é fundamental para o crescimento da produção interna. No Relatório analisamos os aspectos que consideramos mais importantes:

**Transformar a riqueza em capital:** titulando terrenos e casas; criando um sistema de mercado financeiro simples com base em acções e obrigações; e formalizando os negócios informais.

**Aumentar o número de negócios:** substituindo o sistema de regras complexas e difusas por normas claras, exequíveis e efectivamente cumpridas.

**Liberdade efectiva de comércio:** através da promoção da actividade dos camionistas e comerciantes fora de Luanda e da melhoria das vias de longo curso; dando liberdade de importação sujeita a uma pauta aduaneira adequada à protecção da produção nacional e regras gerais e de aplicação automática e universal.

**Aumento dos níveis de confiança:** forçando o efectivo cumprimento dos contratos através de uma justiça rápida que compense o lesado e penalize o incumpridor.

**Aumento dos níveis de conhecimento:** definindo o prazo e os objectivos anuais para se atingirem os níveis de qualidade africanos.

**Adaptação da taxa de natalidade aos níveis de produção:** de forma a quebrarmos o círculo vicioso de gerações cada vez mais pobres e sem formação adequada.

**Defesa do primado da Lei:** impedindo a exigência do cumprimento de normas inexistentes e instituindo tolerância ZERO para os atropelos à Lei e “excessos” por parte dos agentes do Estado.

**Promoção da segurança pública:** centrando a PN na defesa dos negócios e dos cidadãos, retirando-lhe as funções de controlo, que deverão ser exercidas, exclusivamente, pela ANIESA.

**Combate à corrupção:** sobretudo à pequena corrupção que está hoje a anular as tentativas de simplificação e desburocratização do Estado, responsabilizando as chefias intermédias pela eficácia dos serviços.

**Estabilidade cambial:** não permitindo sobre-valorizações não sustentáveis do Kwanza, antes aproveitando os bons momentos para criar reservas que permitam estabilizar a taxa de câmbio nos momentos mais difíceis.

**Estabilidade de preços:** aumentando o volume de negócios e promovendo o **crédito à produção**.

**Efectiva reforma económica do Estado:** definindo as funções prioritárias, os serviços públicos e os recursos que lhes serão destinados e o volume adequado de impostos para a sua prossecução.

A previsão da produção petrolífera para 2025 situa-se em 800 mil barris/dia, baixando para 300 mil em 2030. A produção efectiva tem-se situado abaixo das previsões (figura 1). Se nada se alterar, atingiremos 800 mil barris em 2023 e 300 mil em 2028!

O total da despesa por função sem juros, no OGE 22, corresponde a 225% da receita não-petrolífera.

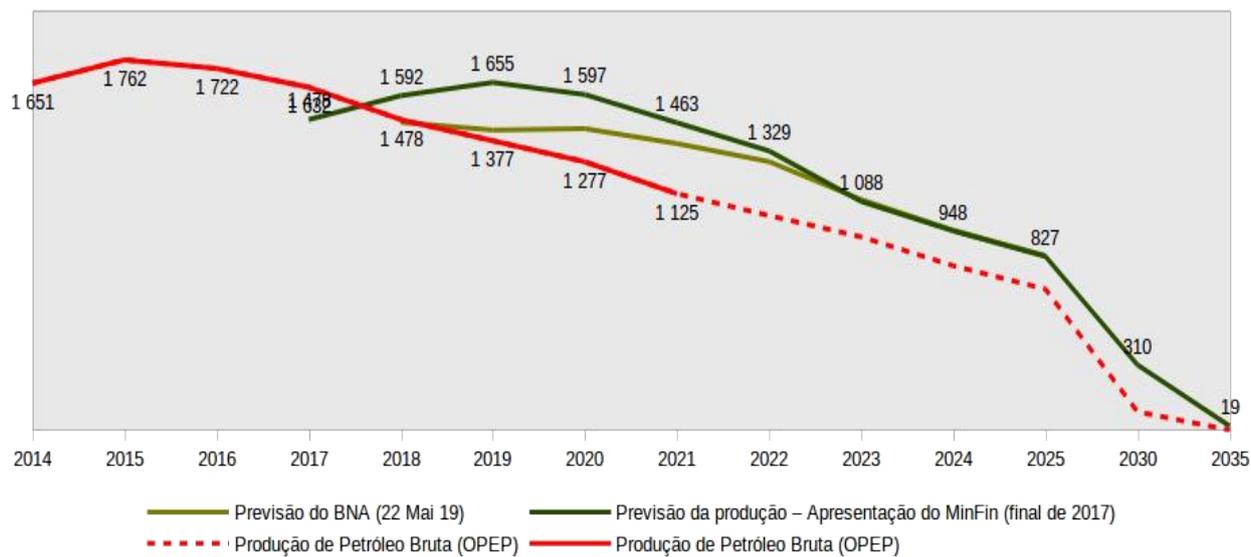
Temos uma legislatura para passar de um orçamento sustentado pelos rendimentos petrolíferos para um orçamento sustentado pelos impostos. É necessário aumentar a receita fiscal com base no alargamento da base tributária e não nas taxas dos impostos; é necessário reduzir a despesa ao que é verdadeiramente importante e é fundamental reduzir o peso dos juros. Aproveitemos o actual excedente da receita petrolífera para o fazer, antes que a situação se torne insustentável.

A despesa com a burocracia do Estado corresponde a 30% da despesa por função, sem juros; a protecção social a 7%. Deveremos aumentar o peso da despesa com educação, saúde, segurança pública e economia; mas, sobretudo, teremos de transferir a gigantesca despesa burocrática para o apoio aos mais necessitados!

Estes são alguns dos temas que são desenvolvidos no nosso relatório, que pode ler ou carregar para formato pdf em [www.cinvestec.com](http://www.cinvestec.com).

Luanda, 28 de Março de 2022

Figura 1: Comparação da produção de petróleo e previsões



Fontes: BNA, MinFin e OPEP.